

# Mulheres e povos tradicionais articulam resistência no Vale do Ribeira

---

Por Katarine Costa · 10/06/2025

Entre os dias 5 e 8 de junho de 2025, o Vale do Ribeira (SP) foi palco do encontro Territórios do Comum, evento que reuniu movimentos sociais, comunidades e povos tradicionais, além de organizações feministas e da agroecologia. O objetivo foi debater temas como economia solidária, a importância da agroecologia e o papel das mulheres na resistência ao avanço e à destruição de seus territórios e modos de vida.

Realizado no Sesc de Registro, o evento contou com a exibição do filme *Raízes da Resistência*, oficinas e uma roda de diálogo sobre o livro *Mulheres em Defesa do Território - Corpo - Terra - Águas*, organizado pela Fundação Rosa Luxemburgo.

## Cúpula dos Povos rumo à COP30 - Bioma Mata Atlântica

A centralidade da luta pelo território

*Rio Ribeira, meu rio querido / De beleza maternal / Hoje triste, magoado,  
aborrecido / Por uma tristeza sem igual / Foi o nosso primeiro meio de transporte /  
Mas nem tudo isso está perdido / Vamos lutar contra o mal / Venceremos! Pois  
unidos somos fortes*

*(Leonila Priscila da Costa Pontes)*

Com esse poema teve início a plenária do bioma Mata Atlântica da Cúpula dos Povos (5/6), que abriu a programação do evento Territórios do Comum.

Participaram da mesa de abertura: Nilce Pontes (Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas – Conaq e Rede Agroecológica de Mulheres Agricultoras – Rama), Maíra Rodrigues (Instituto de Referência Negra Peregum e Coalizão Negra por Direitos), Natália Lobo (Sempre Viva Organização Feminista – SOF e Marcha Mundial das Mulheres), Frederico Viegas (Instituto Socioambiental – ISA), Dauro Marcos do Prado (Instituto Caiçara da Mata Atlântica e Fórum de Povos e Comunidades Tradicionais – FCT) e Cleodinei Caceres (indígena guarani, integrante do Fórum de Povos e Comunidades Tradicionais).

Natália Lobo abriu o debate distinguindo os espaços da Cúpula dos Povos e da Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP), apontando o crescente protagonismo de petroleiras nas COPs e a dificuldade dos movimentos sociais em incidirem nesses espaços. “O objetivo é debater as verdadeiras soluções que os povos já estão criando, respostas que não são as soluções do capitalismo verde”, afirmou.

Nilce Pontes ressaltou as desigualdades no acesso aos espaços de decisão: “As empresas têm recursos para acessar essas arenas onde se negociam nossos direitos, conhecimentos e biodiversidade, enquanto as comunidades não”.

Defendeu que a regularização fundiária deve atender as comunidades quilombolas e garantir a segurança territorial. Ela lembrou que essas populações são diretamente afetadas em suas roças e sistemas agrícolas e, por isso, devem ser incluídas no debate sobre perdas e danos.

“Dia Mundial do Meio Ambiente, para nós quilombolas, é todo dia.”

*(Nilce Pontes)*

O racismo ambiental foi outro tema do debate. Para Nilce, ele se expressa na criminalização das lutas quilombolas. Maíra Rodrigues destacou a relação entre racialização e zonas de sacrifício, incluindo os impactos de projetos de energia “renovável” que afetam corpos e vidas negras e indígenas. Criticou ainda o direcionamento do Fundo Clima a grandes empresas, em detrimento das comunidades. Para Nilce, há uma tentativa de cooptação das lideranças para os espaços multilaterais, e defendeu a construção coletiva, “antes, durante e depois” da COP.

O protagonismo das mulheres também foi tema-chave. Segundo Lobo, o sistema capitalista trata a natureza como trata os corpos e o trabalho das mulheres: como variáveis de ajuste em tempos de crise. No entanto, elas são protagonistas das resistências. “Entrei na luta por ser mulher guarani”, afirmou Cleodinei Caceres. Lobo relatou que, em lavouras de café, algumas mulheres se recusam a cozinhar para maridos que usam veneno. “Colocam o próprio corpo e trabalho em jogo”, destacou. Nilce chamou atenção para a necessidade de redistribuição da responsabilidade do cuidado, historicamente imposta às mulheres.

## **Território e disputa por narrativas**

A superposição de Unidades de Conservação (UCs) sobre comunidades tradicionais e sua privatização foram denunciadas. A especulação imobiliária também tem afetado comunidades como a aldeia Itapuã, em Iguape, e a comunidade caiçara da Juréia, impactada pela criação da Estação Ecológica. “Nossa luta é pela demarcação das terras indígenas. No Vale do Ribeira temos 24 aldeias sem resposta até hoje. Mesmo assim, seguimos na luta”, disse Caceres.

Dauro Marcos do Prado reforçou que a preservação da Mata Atlântica depende dos modos de vida dos povos tradicionais. Já Frederico Viegas apontou a desvalorização dos saberes tradicionais nos espaços de poder e defendeu a produção de dados para disputar essas arenas. Citou como exemplo o reconhecimento, pelo Iphan, do sistema agrícola tradicional do Vale do Ribeira como patrimônio cultural do Brasil.

## **Eixos de debate**

Após o debate, os participantes se dividiram em seis grupos temáticos:

1. Territórios vivos, soberania popular e alimentar;
2. Reparação histórica, combate ao racismo ambiental e ao poder corporativo;
3. Transição justa, popular e inclusiva;
4. Contra as opressões, pela democracia e pelo internacionalismo dos povos;
5. Cidades justas e periferias urbanas vivas;
6. Feminismo popular e resistência das mulheres nos territórios.

Ao final, foi elaborada uma carta-síntese com as propostas, disponível aqui.

Também foi acordada a continuidade da mobilização para a Cúpula dos Povos.

## **Mulheres em Defesa do Território - Corpo - Terra - Águas**

No sábado (7/6), ocorreu a roda de conversa sobre o livro *Mulheres em Defesa do Território - Corpo - Terra - Águas*, que reúne relatos de mulheres de diversas regiões do país sobre a luta contra o avanço do capitalismo extrativista. A atividade integrou a agenda de retorno das autoras aos territórios, com atividades formativas e apresentação do livro. O momento foi também de homenagem a

Anacleto Pires da Silva.

Participaram da mesa: Nilce Pontes, Fabrina Furtado (UFRRJ), Larissa Pereira Santos (Justiça nos Trilhos), Maria Adriana Oliveira (Associação Sementes da Terra e Sindicato de Trabalhadores Rurais de Açailândia) e Natália Lobo (SOF), com mediação de Elisangela S. Paim (Fundação Rosa Luxemburgo).

Foram discutidos os impactos da mineração, da financeirização da natureza e do agronegócio nos territórios. Larissa Santos denunciou os danos provocados pela ferrovia Carajás, que corta mais de 80 comunidades quilombolas e dezenas de UCs, forçando realocações e impondo controle territorial. Ela destacou o papel da Vale na reorganização urbana de cidades como Parauapebas e Canaã dos Carajás.

Maria Adriana relatou que o agronegócio reduziu em 80% a produção agrícola de sua comunidade em seis anos, devido ao uso de agrotóxicos, inclusive por meio de drones. “A pulverização mata animais, contamina moradores e envenena a terra”, disse. A violação dos direitos das mulheres, incluindo violência doméstica e coerção para venda de terras, também foi destacada.

Segundo Fabrina Furtado, a luta das mulheres é também contra a violência e pela vida. Ela alertou para o racismo ambiental e a necessidade de disputar a produção do conhecimento, inclusive dentro das universidades. Como exemplo, citou cursos de extensão e intercâmbios entre comunidades. Natália Lobo reforçou a importância de que os projetos partam dos próprios territórios.

“Difícilmente se encontra uma companheira que não fale da terra como se falasse de si mesma.”

*(Nilce Pontes)*

Fabrina afirmou que o livro também é uma ferramenta para explicitar como o desenvolvimento impacta diferentemente os corpos das mulheres. Defendeu o

encontro como forma de resistência, onde se troca cuidado, saberes e estratégias: “É cuidado coletivo, físico, mental e político”.

---

\***Caroline Boletta de Oliveira Aguiar** é doutoranda e mestre em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ). Graduada em Relações Internacionais pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (2021), foi bolsista de iniciação científica pela FAPERJ no projeto “O olhar da mídia internacional e seus efeitos nas relações políticas do Brasil durante o processo de impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff”, e assistente de pesquisa no subgrupo TIC-lot-Futuro Defesa do Laboratório de Simulações e Cenário do PPGEM (2020-2021). Atualmente é pesquisadora do grupo Discurso, redes sociais e identidades políticas (DISCURSO). Suas áreas de interesse englobam: gênero e mineração para transição energética, ecologia política, movimentos sociais e análise política do discurso.